

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2017

DENOMINAÇÃO Centro Social e Paroquial do Santíssimo Sacramento

MORADA Rua Monsenhor Fonseca Soares

N. 127 **ANDAR** **LOCALIDADE** Porto

FREGUESIA Massarelos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4150 - 335

EM 28/03/2018

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA:

Porto 28 de Março 2018

ASSINATURAS:

V. J. Pereira Branco

José Engenheiro Rios de Sá

João Carlos Santos

Alfredo Gomes

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 241 677,75	1 277 328,50
Ativos intangíveis	5	37,16	148,62
Investimentos financeiros	12.4	604,94	356,06
		1 242 319,85	1 277 833,18
Activo corrente			
Inventários	7	765,55	1 782,94
Créditos a receber	12.1	15 254,25	10 331,32
Estado e outros entes públicos	12.8	824,50	1 770,27
Diferimentos	12.3	3 165,68	2 917,37
Outros ativos correntes	12.2	71 009,06	69 245,90
Caixa e depósitos bancários	12.5	11 810,40	11 831,31
		102 829,44	97 879,11
Total do ativo		1 345 149,29	1 375 712,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	12.6	70 000,00	70 000,00
Resultados transitados	12.6	37 934,27	77 281,13
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1 053 807,16	1 084 195,23
		1 161 741,43	1 231 476,36
Resultado líquido do período		2 116,84	-39 346,86
Total dos fundos patrimoniais		1 163 858,27	1 192 129,50
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	3 904,52	5 342,01
Estado e outros entes públicos	12.8	25 788,89	26 809,25
Financiamentos obtidos	6	65 594,25	65 000,00
Diferimentos	12.3	0,00	5 750,50
Outros passivos correntes	12.9	86 003,36	80 681,03
		181 291,02	183 582,79
Total do passivo		181 291,02	183 582,79
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 345 149,29	1 375 712,29

A Direcção

O responsável

João Engino Romão da Silva
João Engino Romão da Silva
João Carlos Santos
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 501700951

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	8	282 336,31	289 315,31
Subsídios, doações e legados à exploração	12.10	480 151,90	459 174,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-61 651,78	-63 987,50
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-137 335,10	-140 482,01
Gastos com o pessoal	10	-545 534,29	-568 834,52
Outros rendimentos	12.12	31 597,26	31 711,56
Outros gastos	12.13	-8 258,66	-9 011,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		41 305,64	-2 114,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-35 762,21	-33 476,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 543,43	-35 590,96
Gastos e perdas de financiamento	12.14	-3 426,59	-3 755,90
Resultados antes de impostos		2 116,84	-39 346,86
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		2 116,84	-39 346,86

A Direção

O responsável

Dr. João Pereira, Brasil, por
João Engenheiro Rios de Santos
Joana Maria Santos
Alfredo Santos
João

João
2017

Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501700951

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré - Escolar	CATL	SAD	Centro de Convívio	Centro de Dia	PERÍODOS	
							2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	189 328,75	35 374,06	24 881,50	2 135,00	30 617,00	282 336,31	289 315,31
Custo das vendas e dos serviços prestados	7 e 10	-341 994,64	-87 471,78	-90 867,53	-22 974,34	-63 877,78	-607 186,07	-632 822,02
Resultado Bruto		-152 665,89	-52 097,72	-65 986,03	-20 839,34	-33 260,78	-324 849,76	-343 506,71
ISS, IP - Centro Distrital		282 624,51	23 371,54	64 234,80	16 158,00	0,00	386 388,85	394 904,64
Outros Rendimentos	9	10 882,93	6 406,38	43 597,12	24 910,95	39 562,93	125 360,31	95 981,40
Gastos administrativos	4, 5 e 12.11	-75 185,31	-19 378,44	-31 548,16	-17 053,53	-29 931,87	-173 097,31	-178 276,46
Outros Gastos	12.13	-6 014,37	-478,98	-375,26	-525,56	-864,49	-8 238,66	-4 693,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 641,87	-42 177,22	9 922,47	2 650,52	-24 494,21	5 543,43	-35 590,96
Gastos de financiamento (líquidos)	12.14	0,00	0,00	-481,14	-1 472,62	-1 472,83	-3 426,59	-3 755,90
Resultado antes de impostos		59 641,87	-42 177,22	9 441,33	1 177,90	-25 967,04	2 116,84	-39 346,86
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		59 641,87	-42 177,22	9 441,33	1 177,90	-25 967,04	2 116,84	-39 346,86

A Direção

O responsável

Assinatura da Direção
Assinatura do responsável
Assinatura de João Carlos Fernandes
Assinatura de Maria João Fernandes
Assinatura de João Carlos Fernandes

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		270 647,68	283 019,85
Pagamentos a fornecedores		-192 384,60	-192 803,56
Pagamentos ao pessoal		-333 114,56	-354 993,80
Caixa gerada pelas operações		-254 851,48	-264 777,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		184 052,59	211 765,55
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-70 798,89	-53 011,96
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-28 963,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	-28 963,88
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		28 094,25	45 000,00
Doações		73 610,26	44 532,27
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-27 500,00	-10 000,00
Juros e gastos similares		-3 426,53	-3 574,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		70 777,98	75 957,38
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-20,91	-6 018,46
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 831,31	17 849,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		11 810,40	11 831,31

A Direcção

O Responsável

João Engenheiro
João Engenheiro
João Engenheiro
João Engenheiro
João Engenheiro

João Engenheiro

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Ativos Intangíveis	9
6	Custos de Empréstimos Obtidos	10
7	Inventários	10
8	Rédito	10
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
10	Benefícios dos empregados	11
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
12	Outras Informações	12
12.1	Créditos a receber.....	12
12.2	Outros ativos correntes	12
12.3	Diferimentos	13
12.4	Investimentos Financeiros	13
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
12.6	Fundos Patrimoniais	13
12.7	Fornecedores	14
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	14
12.9	Outros Passivos correntes.....	14
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	15
12.11	Fornecimentos e serviços externos	15
12.12	Outros rendimentos.....	15
12.13	Outros gastos	15
12.14	Resultados Financeiros	16
12.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial do Santíssimo Sacramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e encontra-se registada no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o número 16/84, a fls. 44 e verso, em 8 de Março de 1984.

Tem sede na rua Monsenhor Fonseca Soares, 127, freguesia de Massarelos no concelho do Porto. Dentro dos fins canónicos de piedade, apostolado e caridade, o Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida

[Handwritten signatures and initials]

nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber e ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em

imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Edifícios e Outras Construções	1 463 850,16				1 463 850,16
Equipamento Básico	152 068,03				152 068,03
Equipamento de Transporte	62 187,41				62 187,41
Equipamento Administrativo	63 042,72				63 042,72
Outros Activos Fixos Tangíveis	23 151,79				23 151,79
Activo Tangível Bruto	1 764 300,11	0,00	0,00	0,00	1 764 300,11
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	215 216,72	29 037,99			244 254,71
Equipamento Básico	150 779,82	442,21			151 222,03
Equipamento de Transporte	36 119,92	5 792,78			41 912,70
Equipamento Administrativo	62 264,45	241,03			62 505,48
Outros Activos Fixos Tangíveis	22 590,70	136,74			22 727,44
Depreciações Acumuladas	486 971,61	35 650,75	0,00	0,00	522 622,36
Activo Tangível Líquido	1 277 328,50	-35 650,75	0,00	0,00	1 241 677,75

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de Computador	3 654,29				3 654,29
Activo Intangível Bruto	3 654,29	0,00	0,00	0,00	3 654,29
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	3 505,67	111,46			3 617,13
Depreciações Acumuladas	3 505,67	111,46	0,00	0,00	3 617,13
Activo Intangível Líquido	148,62	-111,46	0,00	0,00	37,16

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	65 000,00	0,00	65 000,00	65 000,00	0,00	65 000,00
Descobertos bancários	594,25	0,00	594,25	0,00	0,00	0,00
Total	65 594,25	0,00	65 594,25	65 000,00	0,00	65 000,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	765,55	1 782,94
Total	765,55	1 782,94

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1 782,94	787,53
Compras	46 336,65	46 889,34
Doações	14 297,74	18 093,57
Saldo Final	765,55	1 782,94
Gastos do Período	61 651,78	63 987,50

8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de Serviços	282 336,31	289 315,31
Quotas do Utilizadores	282 336,31	289 315,31
Outros Rendimentos e Ganhos	31 597,26	31 711,56
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,00	87,20
Outros	31 594,26	31 624,36
Total	313 933,57	321 026,87

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017				2016		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			386 388,85			394 904,64
IEFP	Não Reembolsável			5 855,05			0,00
Total		0,00	0,00	392 243,90	0,00	0,00	394 904,64

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é 8 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2017 e 2016. No entanto, em Dezembro de 2017, tomaram posse os novos elementos.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2017 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	Nº horas anuais
3	Coordenação	288
5	Cozinha e serviços auxiliares	450
1	Serviços administrativos	250
10	Serviços educacionais	300
1	Estagiárias	600
7	Serviços 3ª idade	700

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2017 e de 2016 foi de 32.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	427 222,86	451 225,15
Indemnizações	10 867,28	10 097,53
Encargos sobre as Remunerações	96 033,11	98 890,62
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 251,91	6 096,21
Outros Gastos com o Pessoal	254,67	2 470,51
IEFP	4 904,46	54,50
Total	545 534,29	568 834,52

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Crédito de clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes		
Utentes c/c	15 254,25	10 331,32
Total	15 254,25	10 331,32

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Fornecedores	1 588,62	615,18
Adiantamento a fornecedores	1 588,62	615,18
Outra Contas a Receber	69 420,44	68 630,72
Entidades do sector publico administrativo	68 801,11	68 313,72
Outros	619,33	317,00
Total	71 009,06	69 245,90

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 797,31	2 433,18
Outros	368,37	484,19
Total	3 165,68	2 917,37
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades	0,00	5 750,50
Total	0,00	5 750,50

12.4 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	604,94	356,06
Total	604,94	356,06

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	3 374,49	6 186,28
Depósitos à Ordem	8 435,91	5 645,03
Total	11 810,40	11 831,31

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas - Fundo de Reserva	70 000,00			70 000,00
Resultados Transitados	77 281,13	0,00	-39 346,86	37 934,27
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1 084 195,23	0,00	-30 388,07	1 053 807,16
Total	1 231 476,36	0,00	-69 734,93	1 161 741,43

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c		
Fornecedores	3 904,52	5 342,01
Total	3 904,52	5 342,01

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
IVA - A Recuperar	824,50	1 770,27
Total	824,50	1 770,27
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	5 766,88	6 585,51
Segurança Social	19 784,59	19 803,10
IVA - A Recuperar	213,92	409,42
Outras - Fundos	23,50	11,22
Total	25 788,89	26 809,25

12.9 Outros Passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes	384,00	368,75
Adiantamento de utentes	384,00	368,75
Pessoal	9 835,88	0,00
Outras operações com o pessoal	9 835,88	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	75 606,82	80 016,10
Remunerações a Liquidar	75 127,91	77 936,28
Outras despesas diferidas	478,91	2 079,82
Outros Credores	176,66	296,18
Outros Credores	176,66	296,18
Total	86 003,36	80 681,03

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	392 243,90	394 904,64
Doações e heranças - Donativos	87 908,00	64 269,84
Total	480 151,90	459 174,48

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	47 889,16	37 830,48
Materiais	12 089,73	10 541,22
Energia e fluídos	26 859,57	30 318,09
Deslocações, estadas e transportes	0,00	180,40
Serviços diversos	47 984,81	57 800,43
Encargos com Utentes	2 511,83	3 811,39
Total	137 335,10	140 482,01

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,00	87,20
Outros	31 594,26	31 624,36
Total	31 597,26	31 711,56

12.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	3 204,19	2 654,81
Dívidas incobráveis	0,00	4 317,50
Outros	5 054,47	2 039,02
Total	8 258,66	9 011,33

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	3 426,59	3 755,90
Total	3 426,59	3 755,90
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-3 426,59	-3 755,90

12.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

- Pré - Escolar: 101
- Centro de atividades de tempos livres: 45
- Serviço de apoio domiciliário: 24
- Centro de dia: 25
- Centro de convívio: 25

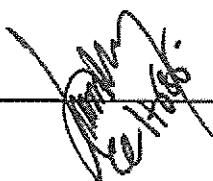
12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção

